

REDE PELA SOBERANIA DIGITAL

DECÁLOGO PARA SOBERANIA DIGITAL

**DEZ COMPROMISSOS
PARA AS ELEIÇÕES DE 2026**

Soberania digital precisa ser popular e solidária, combinar autonomia nacional, democracia, direitos humanos, capacidade pública, protagonismo da sociedade civil e poder dos territórios.



PROPOSTAS PARA SOBERANIA DIGITAL

DEZ COMPROMISSOS PARA AS ELEIÇÕES DE 2026

SOBERANIA DIGITAL POPULAR É PODER COLETIVO SOBRE A TECNOLOGIA

O digital já organiza o trabalho, a educação, a comunicação, os serviços públicos e a própria democracia. Mas não basta saber usar a tecnologia: **é fundamental buscar a autonomia sobre todas as camadas da infraestrutura digital** - da energia e equipamentos às plataformas e inteligência artificial. Isso exige superar a dependência externa e **colocar o desenvolvimento tecnológico a serviço das pessoas e do bem comum**, integrando uma perspectiva de interesse público, justiça social, emancipação humana e cuidado com a natureza.

É com esse horizonte que a **Rede pela Soberania Digital** apresenta este **Decálogo para as Eleições de 2026**: um conjunto de dez compromissos essenciais para que candidatas e candidatos, nos diferentes níveis e poderes, possam **assumir publicamente a construção da soberania digital popular** como parte de sua atuação e de seus mandatos.

E a **sociedade civil não aceita mais ser consultada apenas de forma protocolar**: exige compromissos verificáveis, com instrumentos, orçamento, prazos e indicadores.

O Decálogo busca, portanto, **transformar princípios em compromissos públicos** que possam orientar propostas, políticas e ações, que serão acompanhados pela sociedade ao longo dos mandatos.

Cada ponto apresenta o compromisso, o que o tornará efetivo e como devem ser entregues para que a sociedade possa acompanhar, cobrar e verificar.

01

TECNOLOGIAS A SERVIÇO DA VIDA, DO CUIDADO E DA DEMOCRACIA

COMPROMISSO

Orientar toda política digital pela garantia de direitos humanos, redução de desigualdades, fim das violências, inclusive as violências digitais racializadas e generificadas, e proteção da natureza. Rejeitar o tecnossolucionismo, a vigilância permanente e a discriminação algorítmica.

EFETIVAÇÃO

Instituir, no primeiro ano de mandato, avaliação de impacto em direitos humanos como requisito prévio para toda contratação pública de sistemas algorítmicos, com metodologia que inclua obrigatoriamente vieses raciais e de gênero. Criar moratória sobre reconhecimento facial na segurança pública até que existam salvaguardas legais, dado o padrão documentado de erros que atingem desproporcionalmente pessoas negras.

INDICADOR

Número de sistemas auditados e publicação anual dos relatórios de impacto.

02

TERRITÓRIOS E COMUNIDADES COMO SUJEITOS TECNOLÓGICOS

COMPROMISSO

Construir políticas com os territórios, e não apenas para eles, reconhecendo povos, comunidades e movimentos sociais como produtores de tecnologia e conhecimento.

EFETIVAÇÃO

Destinar percentual mínimo definido em lei orçamentária a projetos geridos diretamente por organizações territoriais, com consentimento prévio e titularidade compartilhada dos resultados. Criar conselhos territoriais com poder deliberativo sobre projetos de tecnologia que afetem seus territórios.

INDICADOR

Volume de recursos executados diretamente por organizações comunitárias.

03

CONECTIVIDADE SIGNIFICATIVA COMO DIREITO

COMPROMISSO

Universalizar acesso à internet com qualidade, continuidade, preço acessível, dispositivos adequados e formação, priorizando periferias urbanas, áreas rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

EFETIVAÇÃO

Adotar meta pública de conectividade significativa com recorte territorial, racial e de gênero, medida por monitoramento oficial anual. Redirecionar recursos de fundos setoriais de telecomunicações para redes comunitárias e provedores públicos, com prestação de contas semestral.

INDICADOR

Redução da desigualdade de acesso entre territórios, publicada com dados desagregados.

04

INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, COMUNITÁRIAS E FEDERADAS

COMPROMISSO

Investir em infraestruturas digitais, nuvens públicas e centros de dados comunitários, com capacidade computacional e sistemas de comunicação sob governança democrática, reduzindo dependência de corporações e jurisdições estrangeiras.

EFETIVAÇÃO

Estabelecer plano de migração progressiva de dados e serviços críticos para infraestrutura pública ou nacional, com cronograma e metas anuais publicadas. Vedar contratos de nuvem que impeçam portabilidade ou auditoria. Fortalecer empresas públicas de tecnologia, universidades e redes comunitárias como operadoras dessa infraestrutura.

INDICADOR

Percentual de dados públicos críticos hospedados sob jurisdição e controle nacionais.

05

DINHEIRO PÚBLICO, CÓDIGO PÚBLICO

COMPROMISSO

Toda tecnologia desenvolvida com recursos públicos deve adotar licenças livres, padrões abertos, interoperabilidade, documentação acessível e mecanismos de auditoria.

EFETIVAÇÃO

Editar norma vinculante de compras públicas que estabeleça software livre e padrões abertos como regra, exigindo justificativa pública, antecipada e fundamentada para exceções. Incluir cláusulas contratuais contra aprisionamento tecnológico e garantia do direito ao conserto. Retomar Portal do Software Público e repositórios abertos de bens públicos digitais financiados pelo Estado.

INDICADOR

Proporção de novos contratos com licenças livres, padrões abertos e código publicado.

06

SOBERANIA E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DOS DADOS

COMPROMISSO

Proteger privacidade e dados pessoais, com proteção especial a dados biométricos e a conhecimentos territoriais, culturais e tradicionais. O que é comum não pode ser objeto de monetização e lucro privado.

EFETIVAÇÃO

Fortalecer a autoridade de proteção de dados com orçamento próprio, autonomia e representação da sociedade civil em seu conselho. Proibir por lei o tratamento de dados biométricos para vigilância massiva. Criar regime jurídico específico para dados e conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, com consentimento coletivo, livre, prévio e informado.

INDICADOR

Sanções aplicadas, tempo de resposta a denúncias e participação social nas decisões regulatórias.

07

PLATAFORMAS, ALGORITMOS E IA SOB CONTROLE DEMOCRÁTICO

COMPROMISSO

Enfrentar a concentração econômica e informacional das grandes plataformas, com transparência, auditoria, devido processo e responsabilização, protegendo crianças, adolescentes, mulheres, população LGBTI+, trabalhadores e grupos vulnerabilizados. Financiar comunicação pública e comunitária, fomentando redes federadas, livres e solidárias.

EFETIVAÇÃO

Aprovar regulação de plataformas e marco legal da IA com: auditoria externa e independente de sistemas de alto risco; participação obrigatória dos grupos afetados nas avaliações de impacto; órgão regulador com representação diversa da sociedade civil; sanções proporcionais ao faturamento global.

INDICADOR

Sistemas de alto risco auditados e casos de discriminação algorítmica sancionados.

08

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E FORMAÇÃO CRÍTICA

COMPROMISSO

Promover educação digital, midiática e algorítmica crítica em escolas, universidades e educação popular, com autonomia docente. Garantir infraestrutura própria para instituições públicas, fomentando iniciativas que desenvolvem, mantêm e auditam tecnologias de interesse público.

EFETIVAÇÃO

Incluir letramento digital, com educação midiática e algorítmica, no currículo do ensino fundamental e na formação continuada de docentes. Vedar a substituição de infraestrutura própria das universidades públicas por plataformas "gratuitas" que capturam dados da comunidade acadêmica. Criar programa de bolsas para formação tecnológica com cotas raciais e de gênero, priorizando mulheres negras em áreas estratégicas.

INDICADOR

Crianças e docentes formados, universidades com infraestrutura digital própria e perfil demográfico dos bolsistas.

09

TRABALHO DIGNO, SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

COMPROMISSO

Assegurar direitos trabalhistas, proteção social, liberdade sindical e transparência algorítmica a toda a classe trabalhadora, em especial no trabalho mediado por plataformas. Fomentar o cooperativismo e economia solidária em toda a cadeia tecnológica.

EFETIVAÇÃO

Banir por lei a hipervigilância e as decisões demissionárias ou punitivas totalmente automatizadas, com supervisão humana obrigatória. Incluir o controle algorítmico e o esgotamento no gerenciamento de riscos ocupacionais de saúde mental. Exigir negociação coletiva prévia para novas tecnologias de gestão. Destinar linhas de crédito e compras públicas a cooperativas de plataforma e produção tecnológica local.

INDICADOR

Legislação em vigor, acordos e convenções coletivas com cláusulas algorítmicas e recursos executados na economia solidária digital.

10

POLÍTICA DE ESTADO PARA A SOBERANIA DIGITAL POPULAR

COMPROMISSO

Elaborar planos nacionais, estaduais e regionais de soberania digital com participação social, metas, orçamento, cronograma e indicadores públicos. Criar estrutura participativa de governança dos assuntos digitais do país, vinculada diretamente à presidência da república.

EFETIVAÇÃO

Enviar e aprovar no congresso, no primeiro ano, o Plano Nacional para Soberania Digital construído em conferências com paridade de representação da sociedade civil, incluindo instituições de ensino, organizações de mulheres negras, povos indígenas, quilombolas e trabalhadores de plataforma. Instituir Conselho Nacional para Soberania Digital com poder de fiscalização de contratos e despesas, para acompanhamento das dependências tecnológicas do Estado, com relatório público anual.

INDICADOR

Realização das conferências, execução orçamentária do plano e publicação dos relatórios de dependência tecnológica.

MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

A adesão a este Decálogo implica aceitar e se comprometer em contribuir com o cumprimento dos três compromissos transversais de responsabilização:

01

Publicação anual de balanço de implementação para sua efetivação, com dados abertos e desagregados por raça, gênero e território;

02

Realização de audiências públicas semestrais com as redes e organizações signatárias;

03

Resposta fundamentada, em até 60 dias, a recomendações formais da sociedade civil sobre qualquer dos dez pontos.

Soberania digital sem participação popular é apenas troca de dono. Este documento existe para que a sociedade civil não seja apenas plateia, mas sujeito da transformação digital do país.

MOBILIZE E REGISTRE SEU COMPROMISSO OU APOIO

Candidaturas, pessoas e organizações podem participar. Acesse a página, preencha o formulário e ajude a transformar estes compromissos em ação pública.

WWW.SOBERANIA.DIGITAL/DECALOGO

PROCESSO COLABORATIVO

Este documento foi construído a muitas mãos, sistematiza contribuições das organizações e coletivos da rede e tem como referência cartas, manifestos, pesquisas, programas e propostas elaboradas por movimentos sociais, organizações da sociedade civil, coletivos, especialistas e partidos políticos.

QUADRO DE RELACIONAMENTOS

Tecnologia, vida e democracia

O digital é um meio; deve estar subordinado à vida, ao bem comum, aos direitos, à democracia e à sustentabilidade. **S2, S4, S5, S7, S10, S14**

Territórios como sujeitos

Comunidades não são beneficiárias ou consumidoras: são produtoras de conhecimento, tecnologia, cultura e soluções. **S4, S5, S7, S10, S11, S14**

Conectividade significativa

Internet como direito, com qualidade, dispositivos, preço acessível, formação e prioridade para territórios excluídos. **S4, S5, S10, S11, S12, S13**

Infraestruturas soberanas

Redes, nuvens, centros de dados e capacidade computacional sob controle público, comunitário, cooperativo ou social. **S2, S3, S4, S5, S8, S9, S10, S13, S15**

Tecnologias livres

Software livre, padrões abertos, interoperabilidade, documentação, auditabilidade e bens digitais públicos. **S2, S4, S5, S8, S9, S10, S11, S12, S13**

Dados, privacidade e segurança

Proteção de dados e direitos, governança democrática, soberania sobre dados estratégicos e proteção dos conhecimentos territoriais. **S2, S4, S5, S8, S9, S10, S13**

Plataformas, IA e comunicação

Regulação democrática das plataformas e da IA, enfrentamento à concentração e fortalecimento da comunicação pública e comunitária. **S2, S4, S5, S10, S11, S13**

Educação, ciência e formação

Formação digital crítica, autonomia docente, infraestrutura universitária própria e fortalecimento da pesquisa pública. **S4, S5, S8, S9, S10, S11, S12**

Trabalho e economia solidária

Direitos no trabalho mediado por plataformas, cooperativismo, crédito, produção local e distribuição dos benefícios tecnológicos. **S4, S5, S9, S10, S11, S12, S15**

Política de Estado e participação

Planos, orçamento, instituições, capacidade técnica, coordenação federativa, participação e controle social. **S3, S4, S5, S9, S13, S15**

REFERÊNCIAS UTILIZADAS

Documentos da Rede

(Disponíveis em www.soberania.digital)

S1. Site da Rede pela Soberania Digital; 2026;

S2. Manifesto da Rede pela Soberania Digital — “Lançamento da Frente pela Soberania Digital”, 2023.

S3. “Precisamos de um Plano Digital para a Soberania Nacional” — Carta ao Presidente Lula, 2025.

Documentos de inspiração e convergência

(Disponíveis em

<https://iecogeo.cloud/s/GEKJ6PGTdazTeSP>)

S4. Carta de Princípios e Objetivos da Rede pela Soberania Digital — versão 1.0, 2026.

S5. Esboço do Plano Nacional de Soberania Digital, 2025.

S6. Histórico da Rede pela Soberania Digital desde 2023 — histórico e análise da trajetória.

S7. “As tecnologias só fazem sentido se estiverem a serviço da vida” — Plataformas, 2023.

S8. Manifesto pela Soberania Digital nas Universidades Públicas Brasileiras.

S9. Programa de Emergência para a Soberania Digital — Carta Soberania Digital, 2022.

S10. Decálogo para a Soberania Digital Popular — PSOL, 2023.

S11. Diretrizes sobre Políticas de Tecnologias Digitais para Programas de Governo nas Eleições Municipais — PSOL, 2024.

S12. Contribuição sobre Usos de Tecnologias Digitais para Vereadoras e Vereadores — PSOL, 2024.

S13. Plataforma Política: 20 Pontos para uma Comunicação Democrática — FNDC, Eleições 2026.

S14. Manifesto .NÓS — Rede Mocambos, 2025.

S15. “O Digital no Centro do Quarto Governo Lula” — Instituto Brasileiro de Políticas Digitais e Movimento FeliciLab, 2026.